



<http://dx.doi.org/10.15448/1980-864X.2024.1.45500>

DOSSIÊ AS OPOSIÇÕES POLÍTICAS NOS PALOP: FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVAS

## “Hóspede é uma nuvem, passa, mas eu não sou uma nuvem, fico”: a estratégia de reabilitação da UNITA na política de reconciliação nacional em Angola após 2017

*“A guest is a cloud, it passes, but I’m not a cloud, I stay”:* UNITA’s evolution and rehabilitation in the politics of national reconciliation in Angola after 2017

*“Un invitado es una nube, pasa, pero yo no soy una nube, me quedo”:* Evolución y rehabilitación de la UNITA en la política de reconciliación nacional en Angola después de 2017

Ana Lúcia Sá<sup>1</sup>

[orcid.org/0000-0003-1299-6653](https://orcid.org/0000-0003-1299-6653)  
[ana.lucia.sa@iscte-iul.pt](mailto:ana.lucia.sa@iscte-iul.pt)

Cláudia Generoso de  
Almeida<sup>2</sup>

[orcid.org/0000-0001-8138-455X](https://orcid.org/0000-0001-8138-455X)  
[cgalmeida@fch.unl.pt](mailto:cgalmeida@fch.unl.pt)

Recebido em: 30 nov. 2023.

Aprovado em: 30 jul. 2024.

Publicado em: 03 dez. 2024.

**Resumo:** Como é que um partido de oposição, ex-beligerante e perdedor da guerra lida com o seu passado e reabilita a sua força política num regime autoritário resiliente como o de Angola? Neste artigo, procuramos responder a esta questão analisando o caso da UNITA, o maior partido de oposição em Angola, que regista um apoio eleitoral crescente, apesar das narrativas dominantes do MPLA sobre a guerra e a paz e dos vaticínios de uma neutralização política do perdedor da guerra civil angolana. Argumentamos que a presidência de João Lourenço e as suas políticas de reconciliação nacional têm constituído uma oportunidade política aproveitada pela UNITA para reabilitar sua imagem e seu legado e ser uma voz no processo de reconciliação. Através de um estudo qualitativo e com base em entrevistas a membros do partido (presidentes e deputados) e em discursos, o artigo analisa as estratégias usadas pela UNITA para celebrar e acolher o seu passado num contexto de novas medidas para a reconciliação nacional, nomeadamente no âmbito da Comissão para Implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos em 2019, na gestão e celebração do legado de Jonas Savimbi e no debate sobre a construção de símbolos nacionais.

**Palavras-chave:** Angola; UNITA; Jonas Savimbi; reconciliação nacional.

**Abstract:** How does an opposition party that lost the war deal with its past and rehabilitate its political strength in a resilient authoritarian regime like Angola’s? In this article, we attempt to answer this question by analyzing the case of UNITA, the largest opposition party in Angola. Despite the MPLA’s dominant narratives on war and peace and predictions of the political neutralization of the loser of the Angolan civil war, UNITA is experiencing growing electoral support. We argue that João Lourenço’s presidency and his national reconciliation policies have provided a political opportunity for UNITA to rehabilitate its image and legacy and to be a voice in the reconciliation process. Through a qualitative study and based on interviews with party members (presidents and deputies) and official speeches, the article analyzes the strategies used by UNITA to celebrate and embrace its past in the context of new initiatives for national reconciliation. This includes the framework of the Commission for the Implementation of the Reconciliation Plan in Memory of the Victims of Political Conflicts in 2019, the management and celebration of Jonas Savimbi’s legacy, and the debate on the construction of national symbols.

**Keywords:** Angola; UNITA; Jonas Savimbi; national reconciliation.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (Iscte), Lisboa, Portugal.

<sup>2</sup> Instituto Português de Relações Internacionais, Lisboa, Portugal.

**Resumen:** ¿Cómo hace frente a su pasado un partido de la oposición que perdió la guerra y rehabilita su fuerza política en un régimen autoritario resistente como el angolano? En este artículo intentamos responder a esta pregunta analizando el caso de la UNITA, el mayor partido de la oposición en Angola, que está registrando un creciente apoyo electoral, a pesar de las narrativas dominantes del MPLA sobre la guerra y la paz y las predicciones de una neutralización política del perdedor de la guerra civil angolana. Argumentamos que la presidencia de João Lourenço y sus políticas de reconciliación nacional han sido una oportunidad política para que la UNITA rehabilite su imagen y su legado y sea una voz en el proceso de reconciliación. A través de un estudio cualitativo y basándose en entrevistas con miembros del partido (presidentes y diputados) y discursos, el artículo analiza las estrategias utilizadas por la UNITA para celebrar y acoger su pasado en un contexto de nuevas medidas para la reconciliación nacional, concretamente en el marco de la Comisión para la Implementación del Plan de Reconciliación en Memoria de las Víctimas de los Conflictos Políticos en 2019, la gestión y celebración del legado de Jonas Savimbi y el debate sobre la construcción de símbolos nacionales.

**Palabras clave:** Angola; UNITA; Jonas Savimbi; reconciliación nacional.

## Introdução

Na sala de reuniões da sede da presidência da União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA), em Luanda, estão dispostas as fotografias do primeiro presidente e fundador, Jonas Savimbi, e do presidente atual, Adalberto Costa Júnior. Também em destaque está um quadro com os “Valores políticos da UNITA”, retirados dos seus Estatutos, e enumerados com a seguinte ordem: “Patriotismo, Democracia, Respeito pelos direitos humanos, Liberdade, Justiça social, Solidariedade, Integridade, Dignidade, Subordinação da política à ética”. Esse farol de valores fundacionais não esquecidos do partido guia a perspectiva da UNITA e dos seus atores sobre o processo de reconciliação nacional em Angola após o fim da longa guerra civil, que perdurou entre 1975 e 2002, e da qual foi o lado derrotado. Entre os propósitos enunciados nos Estatutos da UNITA (artigo 4.º), está a própria reconciliação, consagrada com o propósito de “unir o povo angolano na manutenção da paz, promoção e defesa da democracia política, econômica e social, pela solidariedade nacional e pela integridade territorial” (Unita, 2020).

A UNITA é um caso fascinante de um partido

de oposição resiliente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) que passou por várias metamorfoses: desde movimento de libertação, fundado em 1966 por Jonas Savimbi e que combateu o regime colonial português; a movimento rebelde com uma estrutura político-militar, que se opôs belicamente ao governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) após a independência; marcando depois politicamente o pós-guerra como principal partido da oposição e possível alternativa ao partido incumbente, mas com um enorme passivo associado ao seu estatuto de instigador e perdedor da guerra civil. É nessa configuração que os princípios enunciados pelo partido visam romper com a imagem que o associa à guerra. A longa guerra civil em Angola teve o seu fim, precisamente, com a morte em combate do líder da UNITA, Jonas Savimbi, o que significou uma vitória militar do MPLA como forma de atingir a paz (Schubert, 2010). Como em outros casos, o pós-guerra em Angola é dominado pelos partidos cujas raízes estão no contencioso da guerra (Manning, 2007).

Dito de outro modo, a polarização faz-se em torno do vencedor e do vencido, cabendo ao MPLA a reconstrução do país saído da guerra e estando a UNITA confinada ao lugar de derrotada, a braços com o poder hegemônico do partido no poder (Schubert, 2010; Soares de Oliveira, 2015). Esse poder hegemônico verifica-se também nas narrativas sobre guerra e paz e, conseqüentemente, sobre o processo de reconciliação, as quais culpabilizam a UNITA – em especial Jonas Savimbi – pela destruição e pelo prolongar desse conflito (Ball; Gastrow, 2019; Martins, 2021a; Pearce, 2020).

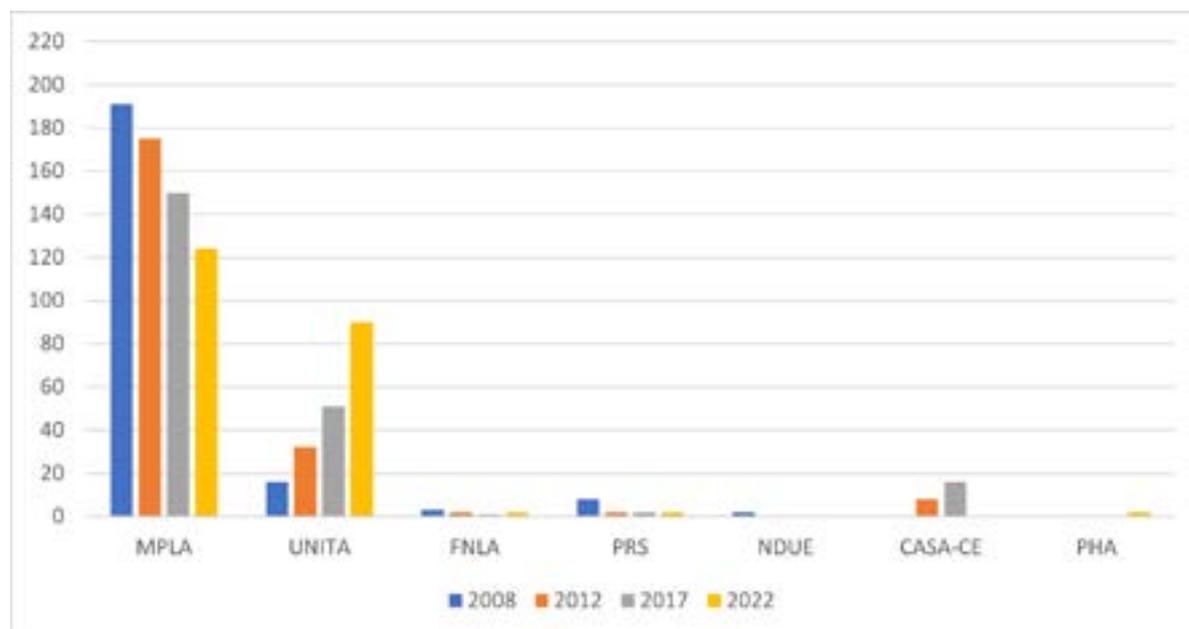
A paz ditada pelo vencedor implicaria uma neutralização da UNITA (Soares de Oliveira, 2011), tendo-se inclusive vaticinado num debate radiofônico na Luanda Antena Comercial o fim do partido do Galo Negro, como é também conhecido devido a um dos seus símbolos. Nesse debate, defendeu-se que o partido não sobreviveria após a morte do carismático líder (LAC, 2002). Os resultados da UNITA nas eleições de 2008

pareciam confirmar tais prenúncios e a UNITA seria um partido de oposição irrelevante, como se verificava em outros países do continente (Vines; Oruitemeka, 2008). Contudo, a UNITA foi crescendo a cada momento eleitoral e, pela primeira vez, na atual legislatura, o MPLA tem maioria absoluta não qualificada no parlamento, o que implica que não pode fazer alterações à Constituição contando apenas com o seu número de deputados.

Num contexto em que os regimes políticos nos PALOP, com exceção de Cabo Verde, são de natureza autoritária, com um grau limitado de competição política, torna-se importante refletir sobre a atuação e a capacidade de atuação desses partidos como forças opositoras. Estudos têm apontado para a pouca relevância desses partidos nesses regimes característicos também do continente africano, de um modo geral, e para a sua dificuldade de acesso ao poder (Helms, 2023; Sá; Sanches, 2021). Porém, a UNITA parece contrariar tal tendência. Como se pode observar no quadro

1, esse partido tem vindo, progressivamente, a aumentar a sua representação no parlamento. De fato, o parlamento angolano é, neste momento, para a UNITA, a instituição nacional que permite fazer parte de processos de discussão política; e a UNITA tem aumentado sua presença parlamentar, tendo, nas eleições de 2022, elegido deputados em todos os círculos eleitorais, com a exceção de um (o Cunene), fazendo com que, pela primeira vez, seja um partido de alcance nacional (Sá; Kilumbo, 2024). Nas últimas eleições gerais, apesar de más práticas eleitorais e de uma competição desigual (Boio, 2023), a UNITA conquistou uma assinalável vitória em círculos eleitorais, como o de Luanda (com a eleição de 3 em 5 deputados possíveis), tradicional bastião do MPLA, tal fato podendo dever-se não só a um voto de castigo ao partido incumbente, mas também às estratégias eleitorais desse partido, que concorreu coligado com o projeto político de Abel Chivukuvuku, PRA-Já Servir Angola, e com o Bloco Democrático numa Frente Patriótica Unida.

**Quadro 1.** Número de deputados eleitos



**Fonte:** elaboração própria a partir de dados da Comissão Eleitoral de Angola (Disponível em: <https://www.cne.ao/>. Acesso em: 15 out. 2023).

Olhar para a UNITA contribui, assim, para um campo de investigação sobre formações partidárias que fazem oposição em regimes autoritários resilientes marcados por conflito armado em África, em especial no que toca à exploração de oportunidades políticas nas dinâmicas de transições de poder no próprio regime; nesse caso, contribui para a análise de processos de transformação de imagens negativas associadas a um passado de guerra do qual se saiu perdedor e que seja capaz de mobilizar eleitores. Neste artigo, procuramos analisar um conjunto de estratégias usadas pela UNITA para promover a reabilitação da imagem e do legado do partido por via de um processo político de reconciliação nacional, explorando também como o partido conceitualiza a reconciliação nacional em Angola. No sentido de compreender a evolução desse partido, o presente artigo procura identificar temas mobilizados pela UNITA no domínio da reconciliação nacional, aproveitando um contexto de estruturas de oportunidade derivadas da ascensão de João Lourenço ao poder, que significou uma postura de abertura política para processos de lidar com o passado. Assinalando a capacidade de resiliência da UNITA num contexto pós-guerra dominado pelo MPLA, o artigo mostra como os atores do partido do Galo Negro reabilitam a sua imagem e celebram o seu passado num processo de reconciliação nacional. Assim, o artigo procura responder à seguinte questão: como é que um partido de oposição, ex-beligerante e perdedor da guerra lida com o seu passado e reabilita a sua força política num regime autoritário competitivo como o de Angola<sup>3</sup>?

Para a nossa análise, recorreremos a estratégias de transformação para a sobrevivência em regimes multipartidários, com base no conhecimento que existe sobre a adaptação de partidos comunistas da Europa oriental, atendendo a uma reconciliação com aspectos mais controversos da história e a investimento das elites para o sucesso na competição democrática (Grzymala-Busse,

2002). As organizações políticas sobrevivem a choques externos e reconstruem a sua reputação mudando as expectativas sobre o seu comportamento. Estudos de diferentes autores têm mostrado como o pós-guerra em Angola tem sido marcado pelo poder hegemónico do MPLA, que determina a forma como se constrói o sistema político (cf. Pestana, 2011; Soares de Oliveira, 2015). Essa hegemonia sedimentou-se durante o período da guerra, com o que Christine Messiant (2001) designou de "privatização do Estado angolano" e o uso de lógicas clientelistas a favor do MPLA. Na Angola do pós-guerra, para além da hegemonia do MPLA, consagrou-se o "monopólio dos beligerantes" ofuscando outros atores de relevo político e social (Pestana, 2011, p. 2). Assim, o caso angolano permite-nos tirar lições sobre a forma como se lida com o passado em regimes de autoritarismo competitivo, sendo o caso da UNITA, com a bagagem que traz de beligerante, relevante para mostrar como as estratégias para lidar com o passado se fazem de modo a minimizar danos (Loxton, 2015).

Loxton (2016, p. 16-20) define estratégias para os partidos autoritários lidarem com o passado, tendo essencialmente como casos partidos pós-comunistas da Europa Oriental: *contrition* ou romper com o passado; *obfuscation* ou obscurecer as origens; *scapegoating* ou tornar um líder o bode expiatório dos males; *embrace the past*, celebração e acolhimento do passado.

A contrição é uma estratégia de romper com o passado, seja com um passado considerado digno de ser lembrado e útil, seja com um passado descartável e que tenha causado danos. Com essa estratégia, os partidos alteram suas designações, programas, símbolos, visando uma reinvenção. Há um arrependimento em relação ao passado (Loxton, 2016, p. 17). A estratégia de ofuscação não reconhece o passado, mas visa minimizá-lo, promovendo também alterações ao nível das designações e outras, mas não deixando o passado dos atores e movimentos visíveis

<sup>3</sup> Angola é considerado um regime de natureza autoritária competitiva ou regime autocrático eleitoral, em que instituições democráticas coexistem com abusos graves por parte dos detentores de cargos públicos, dando origem a uma concorrência eleitoral real, mas desleal (Levitsky; Way, 2020). De acordo com vários índices, como a Freedom House ou o V-DEM, Angola encontra-se no grupo de países não livres e com regimes autocráticos eleitorais.

(Loxton, 2016, p. 17-18). A estratégia de expiação distingue os atores em bons e maus, em especial as lideranças, abraçando os que são considerados positivos e denunciando os que são considerados negativos. A memória de um líder considerado positivo, de eventos e símbolos associados ao líder pode ser lembrada e celebrada publicamente (Loxton, 2016, p. 18-19). Por fim, a estratégia de *abraçar o passado* contraria todas as estratégias enumeradas anteriormente: o partido celebra o passado de forma vocal, salienta os feitos e estabelece contrastes entre o passado e o presente – sendo este visto como disfuncional. Essa estratégia é mais visível em partidos cujas identidades são quase indistintas daquelas dos líderes (Loxton, 2016, p. 19-20).

Os motivos pelos quais os partidos escolhem uma estratégia em vez de outra, argumenta James Loxton (2016), tem a ver com a quantidade de bagagem autoritária que o partido traz do passado, mas também com as circunstâncias presentes no contexto onde esses partidos operam. Na adaptação de movimentos rebeldes em partidos civis, a adaptação à política em tempos de paz e o comportamento como partidos civis realizam-se considerando fatores diversos, incluindo os legados da guerra, o modo como a guerra terminou, ou as características do movimento (Manning, 2007; Manning; Smith, 2016; Söderberg Kovacs, 2008).

Sustentamos que, com a participação na competição eleitoral e com o devir do tempo, a UNITA foi-se afastando da imagem de responsável pela "confusão" no País (Schubert, 2015, p. 845). Argumentamos que o consulado de João Lourenço criou uma oportunidade para a UNITA se mostrar como um partido que rompe com essa associação com a causa e a destruição da guerra, aproveitando para mobilizar um conjunto de estratégias de reabilitação do passado, em especial após a criação, pelo atual Presidente da República de Angola, em 2019, da Comissão para Implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (Civicop). Assim, no presente artigo, focamo-nos apenas no período entre 2017 e 2024. O ano de

2017 corresponde a um momento sem precedentes de mudança ao nível da chefatura de Estado, com a saída de José Eduardo dos Santos após 38 anos no poder, para dar lugar a João Lourenço, anterior Ministro da Defesa e cabeça de lista do círculo nacional do MPLA nas eleições realizadas a 23 de agosto daquele ano.

No artigo, usamos dados de entrevistas exclusivamente a membros e dirigentes da UNITA, incluindo o anterior e o atual presidentes, Isaías Samakuva e Adalberto Costa Júnior respectivamente, para captar, em primeira mão, a estratégia do partido para reabilitar a sua imagem. As entrevistas foram realizadas entre 2019 e 2021, em Luanda e em Lisboa. Todos os entrevistados concederam autorização em serem identificados no estudo. Usamos também postagens do perfil de Facebook do Grupo Parlamentar da UNITA (perfil designado "UNITA Parlamento"), que divulga intervenções parlamentares dos deputados, e outros discursos oficiais da UNITA divulgados através dessa rede social e do YouTube. Ademais, usamos como fontes biografias de quadros e antigos quadros da UNITA, além de notícias em meios de comunicação social. Fazemos uma análise temática de conteúdo desses dados qualitativos, para identificar temas recorrentes nos dados que expressem as experiências e os significados com que os membros da UNITA entendem o papel do partido no processo de reconciliação nacional, como conceitualizam a reconciliação e como, nesse processo, desenvolvem estratégias de reabilitação do passado. O foco no parlamento deve-se ao fato de ser a instituição política nacional à qual a UNITA tem acesso, fazendo parte, na arena parlamentar, de debates relevantes para a reconsideração da história recente de Angola e dos seus símbolos.

O artigo estrutura-se da seguinte forma. Começamos por analisar a evolução da UNITA, mostramos diferentes metamorfoses, com base nos estudos sobre transformação de movimentos rebeldes em partidos políticos e sobre gestão do passado de partidos associados a contextos autoritários. Pretendemos, com isso, estruturar a evolução e as estratégias de reabilitação do

passado seguidas pelo partido. Em seguida, apresentamos as políticas de reconciliação nacional promovidas pelo consulado de João Lourenço e como elas constituem janelas de oportunidade para a UNITA alterar a imagem por via de novas políticas de reconciliação nacional. Analisamos posteriormente a perspectiva e a estratégia da UNITA no que toca às políticas de reconciliação, em particular a Civicop, ao legado de Jonas Savimbi e à sua reabilitação como um símbolo nacional de Angola. Por último, tecemos considerações finais sobre as estratégias de adaptação e resiliência do partido do Galo Negro.

### Evolução e adaptação do partido do Galo Negro

A história da UNITA, como movimento de libertação, está bastante desenvolvida (por exemplo, em Martins, 2021b; Pearce, 2008, 2020; Péclard, 2015). Não sendo nosso objetivo aprofundar essa história neste artigo, a herança da UNITA como movimento de libertação é crucial para a sua reconstrução no pós-guerra e para uma estratégia discursiva de reconciliação; desde logo, porque os princípios da sua fundação são ainda capitalizados e constituem um farol para a sua perspectiva quanto à reconciliação nacional. De fato, os valores do momento fundacional da UNITA são ainda hoje lembrados pelos quadros do partido.

A UNITA foi fundada como um movimento de libertação a 13 de março de 1966 no Muangai, Moxico, com os princípios da Declaração do Muangai:

Liberdade e independência total para homens e mulheres e para a pátria. Democracia assegurada pelo voto popular através de vários partidos políticos. Soberania expressa e incorporada na vontade do povo de ter amigos e aliados que ponham sempre em primeiro lugar os interesses dos angolanos. Igualdade de todos os angolanos na terra onde nasceram. Na busca de soluções económicas, colocar o campo em primeiro lugar para beneficiar a cidade (Pearce, 2020, p. 477).

O MPLA construiu uma narrativa que minava o papel da UNITA como movimento anticolonial, pela colaboração que teve com as forças militares portuguesas (Cann, 2011). Para além das suas credenciais nacionalistas, destacavam-se também narrativas enfatizando a inimizade, a "confusão" e a culpa da guerra civil pós-independência, tanto no seu momento inicial como no regresso à guerra na sequência das primeiras eleições multipartidárias de 1992 (Ball, 2019; Schubert, 2015). A dupla herança da UNITA como movimento anticolonial e beligerante após a independência e as circunstâncias históricas que Jonas Savimbi designou como "o passivo da UNITA" (Martins, 2021b) fazem desse partido simultaneamente um movimento político e armado de libertação, duas características essenciais da identidade da UNITA até o presente (Pearce, 2020).

A UNITA era representada como um grupo armado que desejava conquistar o poder ao governo liderado pelo MPLA, acantonado entre as suas pessoas, que se distinguiam das do governo e das que simbolizavam um desejo de angolanidade para além dos particularismos das pessoas da UNITA, que mobilizavam discursos de moralização dos valores da luta de libertação e da implementação entre a população Ovimbundu (Martins, 2021b; Pearce, 2020). As pessoas da UNITA continuam a estar associadas aos Ovimbundu (Martins, 2021b, p. 8), como os "outros" dentro do Estado. Em outra publicação (Sá; Kilumbo, 2024), mostramos como o grupo parlamentar da UNITA ainda mantém características históricas importantes da sua formação como movimento de libertação. É o caso da etnicidade, com a prevalência de membros de origem Ovimbundu, e da militarização, sendo o passado militar nas Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), o braço armado da UNITA, importante na construção da elite parlamentar do partido, que assistiu a uma expansão e a uma maior diversificação após as eleições de 2022, no contexto da coligação Frente Patriótica Unida<sup>4</sup>.

A UNITA transformou-se, então, de movimento

<sup>4</sup> Nas eleições de 24 de agosto de 2022, a UNITA concorreu em coligação com o Bloco Democrático, o projeto político de Abel Chivukuvuku PRA-JÁ servir Angola e independentes, com o nome de Frente Patriótica Unida, tendo eleito 90 deputados.

rebelde em partido político (Manning; Smith, 2016, p. 978; Vines; Oruitemeka, 2008), ainda que a sua construção histórica não tenha sido semelhante à de outros movimentos rebeldes transformados em partidos políticos, linearmente com uma substituição do conflito pela competição eleitoral (Wittig, 2016), já que a UNITA foi criada como um movimento anticolonial. Nessa herança, o projeto do Muangai é veiculado como associado a uma melhor Angola, à reconstrução do País e à reconciliação que possa ser efetiva no espírito do que é a reconciliação. Nesse sentido, Muangai é um referente como princípios basilares que ainda têm vigor e inspiração para os quadros da UNITA, exaltando o pluralismo, o diálogo, o patriotismo e a democracia<sup>5</sup>. O projeto de Muangai apresenta-se ainda na atualidade como base do projeto de governação da UNITA presente nas ações dos deputados<sup>6</sup>.

Em termos da sua estrutura organizacional, a UNITA era representada como um grupo rebelde. No entanto, tinha uma estrutura política organizada, que exerceu soberania sobre os territórios que controlava (Pearce, 2020). Uma organização bem estruturada, membros com experiência e uma identidade coletiva são características relevantes para a sobrevivência após a transição de um movimento rebelde para um partido civil (Manning; Smith, 2016, p. 974). Foi esse o caso da UNITA, que, após perder a guerra e se desmilitarizar, se tornou um partido civil (Vines; Oruitemeka, 2008).

Em termos internos, a UNITA adaptou-se a ser um partido civil, com processos democráticos para a escolha das lideranças, tendo organizado cinco eleições internas após a morte de Jonas Savimbi e tendo-se apresentado a eleições gerais, nas quais foi alargando o seu eleitorado. Desde a sua fundação em 1966, a UNITA teve cinco presidentes: Jonas Savimbi (1966-2002); António Dembo, que era vice-presidente, durante 23 dias; Lukamba Paulo "Gato", presidente interi-

no até o IX Congresso em junho de 2003; Isaias Samakuva (2003-2019); Adalberto Costa Júnior (desde 2019). Após a desmilitarização em 2002, Isaias Samakuva foi eleito em 2003 e reeleito em 2007 (X Congresso), 2011 (XI Congresso) e 2015 (XII Congresso). Adalberto Costa Júnior foi eleito no XIII Congresso em 2019, mas sujeito a nova eleição e realização em 2021 devido à anulação, por parte do Tribunal Constitucional Angolano, do congresso que elegeu o atual presidente do partido. Nesse processo, as elites Ovimbundu, como já vimos, mas também os militares, constituíram o núcleo central da liderança da UNITA desde a sua fundação (Martins, 2021b, p. 8). No entanto, as lideranças após 2002 romperam com esse lastro, pois derivaram das alas diplomáticas no exterior da UNITA. Isaias Samakuva foi o líder necessário para o momento vivido após perder-se a guerra e num contexto de fortalecimento institucional do MPLA através das eleições e da alteração da Constituição<sup>7</sup>. A transição para partido civil quiçá tenha sido mais facilitada pelo fato de a guerra ser encarada como uma "questão circunstancial" de defesa<sup>8</sup>. Adalberto Costa Júnior é percebido como um presidente que vem romper com a imagem de "tribalismo" do partido, inaugurando um momento de ultrapassagem de imagens associadas ao partido como regional e apenas institucionalizado junto à população Ovimbundu<sup>9</sup>.

Importante no processo de reconciliação interna foi a congregação dos quadros da UNITA. "A UNITA reconciliou-se", congregando todos: os que estavam no exterior, os que estavam em Angola, mas nas cidades, e os que estavam "nas matas". Segundo Albertina Ngolo Felisberto, foi nesse momento que a UNITA, sob direção do General Lukamba Gato, "começou um processo democrático interno, com múltiplas candidaturas", processo institucionalizado no partido. Todo esse processo de democracia interna e de disputa das presidências, "numa UNITA que era vista com tabus: para além de regionalista, também

<sup>5</sup> Adalberto Costa Júnior, entrevista em Luanda, 27 jan. 2020.

<sup>6</sup> Mihaela Webba, entrevista em Lisboa, 11 out. 2021.

<sup>7</sup> Liberty Chiyaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020.

<sup>8</sup> Liberty Chiyaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020.

<sup>9</sup> Mihaela Webba, entrevista em Lisboa, 11 out. 2021.

racista, pós-militar”, tendo eleito o primeiro presidente pós-Savimbi uma figura da ala externa do partido, tal como o atual presidente. “A UNITA mais uma vez de forma sábia dá esta lição de democracia e da modernidade e sobre tudo de resposta àquilo que são os anseios que eram as expectativas sobre o Congresso da UNITA, da sociedade e até da comunidade internacional”<sup>10</sup>.

Nesse processo de transição da UNITA que exploramos nesta secção, o anterior presidente, Isaias Samakuva, entendia que as estruturas políticas sempre haviam sido uma dimensão importante, para além das estruturas militares, o que foi relevante para, no pós-guerra, haver coordenação política de atividades no território que era controlado pela UNITA. No entanto, a dimensão de adaptação mais difícil foi a psicológica de anteriores militares a civis e a necessidade de meios financeiros e infraestruturais – de que o movimento ainda carece<sup>11</sup>. As questões ainda não resolvidas e previstas nos acordos de paz, e outras tidas como essenciais na vida democrática angolana, são consideradas como um entrave a uma realização plena da reconciliação nacional: a devolução do património da UNITA, a completa reinserção social dos antigos militares, a reforma dos símbolos nacionais e o desejo da UNITA em debater o sistema eleitoral<sup>12</sup>. Ainda que se reconheça que João Lourenço representou uma “mudança de postura”, “um sinal também de boa vontade” para abordar temas diversos<sup>13</sup>, o apaziguar de atos de intolerância nos primeiros tempos do seu mandato<sup>14</sup>, o MPLA é considerado o grande responsável pela não existência da verdadeira reconciliação entre os angolanos.

Um grupo essencial no processo de desmilitarização da UNITA e concomitantemente no processo de reconciliação nacional é o dos antigos militares que lutavam nas fileiras do movimento rebelde. As FALA eram o braço armado da UNITA

e, após a assinatura do Memorando de Luena a 4 de abril de 2002, selando a paz entre as duas partes em conflito na guerra civil de Angola, a UNITA aceitou a integração dos seus soldados ao Exército Nacional Angolano. O Memorando de Luena foi essencial para a transição da UNITA a um partido civil (Faria, 2013) e previa que se efetivasse a incorporação dos soldados da UNITA ao Exército Nacional de Angola, já acordada em Bicesse em 1991. No entanto, a realidade vai além dos acordos; não se verificaram uma desmobilização, uma integração e um reconhecimento de antigos militares.

Para os quadros da UNITA, a impossibilidade da paz é uma realidade por não haver desenvolvimento socioeconômico do País, mas também por não haver assistência a todos os angolanos que se veem excluídos de assistência social: não há paz “enquanto milhares de ex-militares das FALA, FAPLA e ELNA<sup>15</sup> e viúvas destes continuam não inseridos na Caixa de Segurança Social das FAA” (Unita Parlamento, 2023c), enquanto não se concretizar a “dignidade devida a todos os ex-militares, antigos combatentes, viúvas e órfãos” (Unita Parlamento, 2023a). O processo de recenseamento de todos os angolanos que se enquadram nas categorias apresentadas não está realizado, a reinserção não se fez e os antigos militares veem-se inibidos de profissionalização e de inserção social<sup>16</sup>. De acordo com Liberty Chiyaka, líder da bancada parlamentar da UNITA na IV e na V Legislaturas, a UNITA distingue-se do Estado angolano ao providenciar um enquadramento aos seus antigos militares, que se viram transformados em “quadros políticos do partido”, mas também em “professores, enfermeiros, pequenos comerciantes, pequenos empreendedores, são quadros ao nível de base local, ao nível intermédio, ao nível mesmo central”<sup>17</sup>.

Para sobreviver num novo contexto civil e

<sup>10</sup> Albertina Ngolo Felisberto, entrevista em Luanda, 28 jan. 2020.

<sup>11</sup> Isaias Samakuva, entrevista em Luanda, 19 ago. 2019.

<sup>12</sup> Alcides Sakala, entrevista em Luanda, 3 fev. 2020.

<sup>13</sup> Alcides Sakala, entrevista em Luanda, 3 fev. 2020.

<sup>14</sup> Isaias Samakuva, entrevista em Luanda, 19 ago. 2019.

<sup>15</sup> Entre 1975 e 1991, as FAPLA eram as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, sob o comando do governo do MPLA, e o ELNA era o Exército Nacional de Angola, o braço armado da Frente Nacional de Libertação de Angola.

<sup>16</sup> Albertina Ngolo Felisberto, entrevista em Luanda, 28 jan. 2020. Liberty Chiyaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020.

<sup>17</sup> Liberty Chiyaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020.

pós-conflito, a UNITA adaptou-se tanto ao contexto institucional controlado pelo MPLA como ao contexto interno pós-líder. Para transformar e ressignificar o passado, a UNITA empreendeu algumas estratégias e mobilizou recursos para, nos termos de James Loxton (2016, p. 19-20), *abraçar o passado*. No caso desse partido, os recursos que foram mobilizados foram as relações históricas, a socialização em tempo de guerra e de movimento de libertação (Pearce, 2020). Disso exemplo é o destaque dado aos antigos combatentes das FALA e a vontade de restituir o lugar das FALA na conquista da independência de Angola. O partido instituiu o dia 24 de Janeiro como o dia de comemoração das FALA, assinando a morte do Comandante Samuel Piedoso Chingunji, em 1974. Neste processo, as FALA já não são apenas um braço armado da UNITA, mas sim uma força patriótica que visou travar "a expansão russo-cubana na África Austral e contribuir de forma decisiva para o fim do regime monolítico da República Popular de Angola" (Unita Parlamento, 2020b), no qual a UNITA representava a resistência nacional<sup>18</sup>.

O passado lembrado estabelece e funda legitimidade política, passado este que é usado de forma instrumental e gerador de uma nova interpretação (Bernard; Kubik, 2014). Fundamental nesse processo em Angola foi uma política de reconciliação nacional promovida por João Lourenço, que abriu a possibilidade de uma institucionalização de processos importantes para a reconciliação, como analisaremos na seção seguinte do artigo.

### João Lourenço e a "nova" política de reconciliação nacional

A eleição de João Lourenço constituiu um momento de abertura no regime autoritário angolano, permitindo uma maior expressão de descontentamento por parte da sociedade civil e de ativistas (Generoso de Almeida; Sá; Faria, 2022), mas também por parte de partidos da oposição, com especial destaque à UNITA, para

se afirmar como um partido em busca de uma genuína reconciliação nacional, volvidos 15 anos do fim da guerra civil.

Angola é um sistema presidencial e os processos de decisão política estão concentrados no presidente, com instituições fragilizadas por essa concentração, visando que não sejam mais do que meras instituições simbólicas, tal qual o parlamento (Amundsen; Abreu; Hoygaard, 2005), como se verifica em outras "*rubber-stamp institutions*" de regimes autoritários eleitorais (Art, 2012). Desde logo, a vida política e social angolana está intimamente ligada ao MPLA, que desenhou o Estado pós-guerra, centrado nos interesses do partido, coartando o papel da oposição e a sua participação (Pearce, 2020; Péclard, 2008; Soares de Oliveira, 2011). Contrastando com as condições de vida da população e da oposição, o MPLA tem no petróleo uma fonte imprescindível nas rendas da elite, nas suas estratégias de acumulação e redistribuição, na consolidação do próprio regime (Soares De Oliveira, 2015). Nesse contexto, assiste-se a uma partidarização da vida pública angolana, com a hegemonia do MPLA na administração pública, no acesso a recursos e ao Estado (Schubert, 2010; Soares de Oliveira, 2007).

João Lourenço começou por significar uma alteração simbólica ao fim de uma longa era e ao fim de um regime construído por José Eduardo dos Santos. A sua indicação e a sua posterior eleição foram recebidas com otimismo, tal como uma das suas batalhas-estrela desde o início da sua governação, a luta contra a corrupção e os males do regime anterior. O terceiro presidente de Angola também era saudado pela melhoria em indicadores diversos, desde a performance econômica até o respeito pelos direitos humanos (Roque, 2017; Schubert, 2018). A transição fez-se primeiro na chefatura do Estado, após as eleições de agosto de 2017, e na sequência do Congresso Extraordinário do MPLA em setembro de 2018, no âmbito do partido, quando João Lourenço já era o chefe de Estado. João Lourenço surgiu como um reformista que queria acabar com a

<sup>18</sup> Adalberto Costa Júnior, entrevista em Luanda, 27 jan. 2020.

corrupção e as más práticas, em especial as que eram devidas aos "marimbondos" (É preciso [...], 2018), como caracterizou os grandes responsáveis pela corrupção, pela má governação, pela falta de transparência e pelo nepotismo, os quais pertenciam a um passado com o qual João Lourenço queria romper.

João Lourenço era uma promessa de mudança num ambiente de insatisfação (Pearce; Péclard; Soares de Oliveira, 2018, p. 155), representava um espaço de abertura política e de oportunidades para o diálogo, dando espaço para que o descontentamento antes silenciado pudesse ser mais vocal. Então, a mudança na liderança significou uma oportunidade para a expressão de insatisfação (Generoso de Almeida; Sá; Faria, 2022), mas também em termos de políticas de reconciliação nacional que não teve precedentes, com a criação de uma instituição dedicada a tal propósito.

A Comissão para Implementação do Plano de Reconciliação em Memória das Vítimas dos Conflitos Políticos (Civicop) foi criada com o propósito de potenciar um espaço para a reconciliação nacional. Essa comissão foi criada em abril de 2019 por iniciativa do Presidente da República para criar um plano de reconhecimento às vítimas de conflitos políticos em Angola, que incluem eventos nacionais, como a guerra civil, mas também "o 27 de Maio" de 1977<sup>19</sup>. Não é objeto deste artigo uma análise dos processos e procedimentos sob a alçada da Civicop, que não têm sido isentos de polémicas. Exemplo é a restituição de restos mortais de atores envolvidos no 27 de Maio de 1977 às suas famílias, que comprovaram não ser os verdadeiros (Mukuta, 2021); ou a escavação de valas comuns na Jamba, ação dirigida setorialmente a crimes cometidos em processos internos da UNITA (Ndomba, 2023).

Sobre este último, importa destacar a diligência dessa Comissão a 3 de agosto de 2023, o dia de aniversário de Jonas Savimbi, para procurar, na Jamba, as ossadas de dirigentes e militantes

da UNITA alegadamente mortos pelo líder fundador do partido. Eram membros da família de Tito Chingunji e Wilson dos Santos, acusados de uma intentona para derrubar Savimbi, bem como cerca de 80 mulheres, filhos e outros familiares de militantes (Governo [...], 2023). Podemos afirmar que esse episódio de purga interna na UNITA é, paralelamente ao 27 de Maio no MPLA, uma das feridas do passado do partido relacionada diretamente com a liderança de Savimbi, tendo representado uma "sangria dos quadros políticos e militares da organização" (Carlos, 2004, p. 4). Antigos membros da UNITA, como Jardo Muekalia (2010) ou Florbela Malaquias (2019), publicam e testemunham sobre esse evento que ficou conhecido como "queima das bruxas", destacando a liderança autoritária e violenta do fundador. Na história do partido, registam-se, também, várias expulsões e dissidências internas que, por sua vez, formaram forças políticas após 2002<sup>20</sup>.

Não obstante, o sentido que se dá a esses episódios não é unânime dentro da UNITA, opondo dissidentes e membros que se mantiveram. Por exemplo, Samuel Chiwale (2008, p. 280) considera que a morte dos dirigentes da UNITA anteriormente referidos e os seguintes processos de saída de quadros importantes se devem à traição e à cooptação pelo MPLA. Quando falamos da atual liderança da UNITA, o passado violento ligado a Jonas Savimbi é referido como um tema que não foi tabu ainda durante o tempo de vida de Jonas Savimbi. Adalberto Costa Júnior considera que a UNITA e o próprio Savimbi, na 16ª Conferência Anual, em 2001, assumiram "as responsabilidades perante a história", pedindo perdão pelos erros, o que é indicador da estratégia de reabilitação da imagem do "mais velho" e de não promover ruído na narrativa de Savimbi como líder patriótico, ao mesmo tempo que a nova liderança renova o pedido de perdão pelos acontecimentos na Jamba (Adalberto [...], 2023). Também no MPLA, João Lourenço rompeu com o silêncio sobre o 27 de Maio para mostrar

<sup>19</sup> O 27 de Maio é um episódio marcante na história do MPLA e que se traduziu na perseguição, detenção arbitrária e morte de vários dos seus militantes e quadros (Mateus; Mateus, 2013; Reis, 2017).

<sup>20</sup> Como o Fórum Democrático Angolano ou a Tendência de Reflexão Democrática.

mudança em relação ao seu antecessor e para consolidar o seu poder intrapartidário.

A criação da Civicop possibilitou à UNITA uma revisão do seu passado não apenas no âmbito partidário, como vimos na seção anterior, mas abrangendo as instituições públicas e a totalidade de Angola. Algumas iniciativas levadas a cabo nesse processo foram a transferência dos restos mortais do General Arlindo Chenda Pena "Ben Ben", chefe militar da UNITA, para o Bié, tendo sido galardoado com a Medalha de Mérito Militar na celebração dos 43 anos da independência de Angola, em 2018, a par de outras personalidades (Condecorações [...], 2018). A 15 de novembro de 2021, o governo angolano entregou os restos mortais de Elias Salupeto Pena e Andolosi Mango Alicerces, membros destacados da UNITA que foram assassinados em Luanda na violência pós-eleitoral em 1992 (Mukuta, 2021).

Foi nesse contexto de criação da Civicop, de restituição de despojos com cerimônias públicas que a UNITA aproveitou para fazer um processo de regeneração e de reconciliação, mostrando que efetivamente era um partido que poderia mobilizar uma agenda clara de reconciliação, com iniciativas pacificadoras apesar do domínio institucional do partido no poder. Para a UNITA, a iniciativa de criação da Civicop e a presidência de João Lourenço institucionalizam um momento em que pode haver "uma verdadeira reconciliação e o abraço entre os irmãos" (Unita Parlamento, 2023b). Em seguida, debateremos as perspectivas da UNITA sobre o processo de reconciliação nacional, seus logros e conceitualizações, seguindo-se a análise da celebração do passado da UNITA como potenciador de uma vontade de "abraço entre os irmãos".

## Perspectivas da UNITA sobre a nova política de reconciliação nacional

A Civicop é uma iniciativa que podemos aliar à paz dos vitoriosos e a uma hegemonia do MPLA nos processos de reconciliação. As palavras de Chipindo Bonga, deputado da UNITA e histórico do partido, apontam nesse sentido:

[...] talvez possa dar indicações de que há necessidade de reconciliação, mas a sua estruturação não me inspira confiança de que esse processo será... Também não estamos a dizer que nós queremos uma reconciliação hoje e depois, amanhã, está tudo resolvido, não é? Mas queremos um engajamento do governo, dos partidos, da igreja, da sociedade civil. Todos os envolvidos nesse problema da conciliação nacional [...] a paz, a convivência, a harmonia<sup>21</sup>.

Essa comissão não corresponde ao que poderia ser desejável como modelo de reconciliação nacional e ao qual há resistência, que é o da criação de uma comissão de verdade. Para Albertina Ngolo Felisberto, tal modelo permitiria uma reconciliação sustentável:

Para termos processos credíveis, temos que entender que somos irmãos. E a única forma de nos encontrarmos é sentarmo-nos. E a proposta nunca tem sido essa reconciliação. Comissões de verdade e depois ultrapassamos, vemos como é que vamos andar. Um pacto de sociedade que permita que nos reconheçamos, que somos todos parte integrante deste processo e para melhorar a Angola, temos que andar juntos.

A Civicop não foi considerada uma instituição capaz de promoção da reconciliação, sendo, antes, silenciada nas entrevistas que realizamos. Os quadros da UNITA destacaram como impulsionadores dessa reconciliação o papel que o partido desempenha no parlamento, dissociando a associação da guerra apenas a um lado<sup>22</sup>.

Na evolução da UNITA, a Assembleia Nacional de Angola<sup>23</sup> é uma instituição relevante, pois foi no parlamento que a UNITA começou a marcar presença nas instituições políticas angolanas que

<sup>21</sup> Chipindo Bonga, entrevista em Luanda, 30 jan 2020.

<sup>22</sup> Adriano Sapiñala, entrevista em Luanda, 25 jan. 2020.

<sup>23</sup> O parlamento angolano tem 220 membros eleitos por cinco anos, num sistema de representação proporcional (artigo 143.º da Constituição): 130 deputados eleitos num círculo nacional com um método de representação proporcional em lista fechada e 90 membros eleitos pelos círculos provinciais, cinco por cada círculo, eleitos em lista fechada, seguindo o método de D'Hondt, apresentando os partidos listas fechadas de candidatos (artigo 144.º da Constituição). A lei eleitoral angolana e a composição do parlamento seguem a constituição de 1922, tendo a revisão constitucional de 2010 alterado a forma de eleição do Presidente da República. O parlamento está sujeito ao Presidente da República (artigo 161.º da Constituição), que também tem iniciativa legislativa e o poder executivo.

resultavam das eleições. A Constituição de 1992 criou o sistema multipartidário e a Assembleia Nacional recebeu os primeiros deputados da oposição apenas em 1997, tendo suas funções interrompidas de 1998 a 2002, quando os deputados da UNITA puderam reassumir os seus lugares. A UNITA integrou o Governo de Reconciliação e Unidade Nacional, fazendo com que fosse um beligerante contra o MPLA e simultaneamente um membro do governo, ainda que com falta de um efetivo poder ao não ter ministérios relevantes (Amundsen; Abreu; Hoygaard, 2005).

Apesar de a Assembleia Nacional angolana ser, em linha com os estudos sobre parlamentos em regimes autoritários, uma instituição instrumentalizada pelo regime para efeitos de cooptação e de legitimação do poder (Meng, 2020; Przeworski; Gandhi, 2007; Reuter; Turovsky, 2014; Wiebrecht, 2021), os membros da UNITA entendem que o parlamento é uma instituição relevante para a promoção de diálogo e de integração. Assim, uma das maiores contribuições que a UNITA faz no parlamento, de acordo com o seu líder parlamentar na anterior e na atual legislaturas, Liberty Chiyaka, é o "comprometimento com a reconciliação nacional e a consolidação do próprio Estado Democrático de Direito", através do respeito pela lei e da aceitação das regras do jogo democrático<sup>24</sup>. Com esses princípios, prevaleceria o interesse nacional e não partidário do incumbente, em linha com a literatura sobre parlamentos em regimes autoritários.

Para a UNITA, a reconciliação nacional deverá ser um processo a implementar com ações dirigidas ao presente e à melhoria de condições de vida da população. Assim, para o partido do Galo Negro, a Civicop não é uma instituição que possa dar cabimento às necessidades e a uma conceitualização de reconciliação. A Civicop será, então, uma instituição voltada para o passado, que "[...] foi de divisões, ódios, destruição, guerras. Foi um passado triste, mas esse passado triste

começou antes de 75 [...]", com questões a resolver no seio de cada movimento de libertação<sup>25</sup>. Esse passado deverá ser reconhecido, mas o partido visa promover uma "reconciliação para os vivos", com "democracia e estabilidade econômica"<sup>26</sup>.

Para os atores da UNITA, e com base nas entrevistas realizadas, nos discursos no parlamento e em eventos do partido, a reconciliação nacional implica a promoção dos direitos e liberdades fundamentais e uma boa governação (Unita Parlamento, 2021), que minimize a "pobreza extrema, fome, exclusão social e política, taxas elevadas de desemprego e mortalidade" (Unita Parlamento, 2023a), promovendo-se uma "correção das assimetrias" ainda vigentes em tempos de paz consolidada (Unita Parlamento, 2023d), não havendo investimento estatal na melhoria das condições de vida das populações<sup>27</sup>. Liberty Chiyaka, em entrevista, salienta as mesmas ideias sobre a reconciliação nacional: que se associa a uma governação democrática e em prol da prosperidade do povo, não devendo ser uma reconciliação setorial<sup>28</sup>.

A ideia de paz democrática como essencial no processo de reconciliação, tanto numa vertente institucional como em uma histórica, culminará com a institucionalização das autarquias e das eleições locais e com a reforma do sistema eleitoral que beneficia o incumbente (Unita Parlamento, 2021). Esse ideal de reconciliação é considerado a antítese da forma como o MPLA se mantém no poder, sendo o autoritarismo de Estado o impedimento da reconciliação entre todos os angolanos (Discurso [...], 2023). Nesse contexto, a instituição cabal de promoção de uma reconciliação continua a ser a Assembleia Nacional.

De acordo com Adalberto Costa Júnior, a UNITA foi o partido que mostrou vontade de avançar com uma agenda para uma efetiva reconciliação nacional, que começaria com um debate sobre a realidade histórica e as suas perspectivas, um debate que deveria acontecer no parlamento:

<sup>24</sup> Liberty Chiyaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020.

<sup>25</sup> Liberty Chiyaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020.

<sup>26</sup> Rafael Massanga Savimbi, entrevista em Luanda, 30 jan. 2020.

<sup>27</sup> Camunda News (2022); Liberty Chiaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020.

<sup>28</sup> Liberty Chiaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020. No mesmo sentido, Albertina Ngolo Felisberto, entrevista em Luanda, 28 jan. 2020.

[...] na assembleia muitas vezes o debate des-camba na guerra, quando os argumentos não existem. Então, volta-se para o passado da guerra e vêm as acusações da guerra. Nós entendemos que devíamos debater: Afinal, o que é que se passou em Angola? Quais foram as causas da guerra que nós tivemos? Temos uma proposta, mas [o MPLA] recusou liminarmente entrar nesse debate. [...] Então era um debate muito importante. Mas nunca aceitou fazê-lo. Significa: a casa natural de debate dos interesses nacionais, que é a assembleia nacional, é onde coexistem os espaços todos da representatividade nacional. De algum modo, tem tido muitas dificuldades de assumir esse seu papel. E essas dificuldades resultam do fato de nós termos, ainda em Angola, um poder que sobrepõe-se aos outros<sup>29</sup>.

A UNITA associa reconciliação a um espaço comum de todos os angolanos<sup>30</sup>, ao desejo de construção de cidadania para além da militância partidária<sup>31</sup>. Assim, a reconciliação nacional far-se-á com a descentralização e com eleições locais, para haver um efetivo poder no âmbito local, para que este não esteja concentrado no presidente da república e com uma despartidarização do Estado<sup>32</sup>. Isso pode explicar o apoio da UNITA à forma como o processo está sendo conduzido, mesmo contando que os fatores de exclusão sociais são multidimensionais. A exclusão pode decorrer de fatores políticos historicamente construídos:

Em Angola [...] nós vamos ao ministério e desde o ministro até ao homem que faz a limpeza, tudo está lá. Como é que nós vamos reconciliar a nação se uns podem governar, podem ter os empregos e outros estão excluídos da governação, completamente excluídos<sup>33</sup>?

A partidarização do Estado faz com que se olhe com desconfiança para os quadros administrativos associados à UNITA, que carecem de uma integração nas estruturas públicas, como os funcionários do grupo parlamentar<sup>34</sup>.

A construção discursiva mostra uma oposição

entre *nós* e *eles*, entre os que estão a construir uma nova narrativa que se quer de paz e os que dominam as instituições e as narrativas públicas, detentores de um "discurso oficial [que] alimenta o ódio, a divisão entre os angolanos"<sup>35</sup>. Vasco Martins (2017) teorizou sobre diferentes níveis de cidadania, de pertença e de exclusão em Angola, abordando a politização da cidadania associada à hegemonia do MPLA. Essa dicotomia nós/eles de que nos falamos nos quadros da UNITA em entrevista associa-se à marginalização sociopolítica e cidadã, mas também à reconciliação associada à paz dos vitoriosos. O potencial de reconciliação, ao não ter havido um processo institucionalizado que permitisse o debate público da paz, será efetivo quando houver alternância no poder, equidade de oportunidades e uma partilha de rendimentos, sem que essa alternância constitua um retrocesso ou seja motivo de temor<sup>36</sup>. Como coloca Liberty Chiyaka, "[...] reconciliar é voltar a ligar aquilo que estava dividido. No passado partilhámos o mesmo património, partilhámos os mesmos espaços, reconciliar é voltar a ligar aquilo que nós dividimos com a guerra, com o passado de guerra de vários anos". A reconciliação associa-se à solidariedade e a um país para todos os angolanos, com capacidade de formação e capacitação<sup>37</sup>. A reconciliação vai além dos acordos e das instituições, seja com a realização de eleições regulares, com o funcionamento da Assembleia Nacional<sup>38</sup>, mais além dos dirigentes políticos, com uma vivência popular<sup>39</sup>.

A paz do vitorioso fez-se com a humilhação do vencido, consagrada no Memorando de Luena, não atendendo ao resultado: "o grande bem que é a paz, que possibilita a reintegração das pessoas, como possibilita a recuperação territorial do país e o desenvolvimento harmonioso"<sup>40</sup>. Houve

<sup>29</sup> Adalberto Costa Júnior, entrevista em Luanda, 27 jan. 2020.

<sup>30</sup> Adriano Sapiñala, entrevista em Luanda, 25 jan. 2020.

<sup>31</sup> Alcides Sakala, entrevista em Luanda, 3 fev. 2020.

<sup>32</sup> Mihaela Webba, entrevista em Lisboa, 11 out. 2021.

<sup>33</sup> Mihaela Webba, entrevista em Lisboa, 11 out. 2021.

<sup>34</sup> Albertina Ngolo Felisberto, entrevista em Luanda, 28 jan. 2020.

<sup>35</sup> Manuel Armando da Costa Ekuikui, entrevista em Luanda, 24 jan. 2020.

<sup>36</sup> Liberty Chiyaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020.

<sup>37</sup> Albertina Ngolo Felisberto, entrevista em Luanda, 28 jan. 2020.

<sup>38</sup> Liberty Chiyaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020.

<sup>39</sup> Liberty Chiyaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020.

<sup>40</sup> Albertina Ngolo Felisberto, entrevista em Luanda, 28 jan. 2020.

uma imposição dos vencedores aos “perdedores, quando, numa guerra entre irmãos, não há vencidos nem vencedores”<sup>41</sup>. Se Albertina Ngolo Felisberto aborda a recuperação do protocolo de Lusaka de 1994 que criou integração e que fundou as bases de uma reconciliação<sup>42</sup>, Rafael Massanga Savimbi, por seu turno, coloca as origens desse processo não em Lusaka, mas em Bicesse, tendo o ano de 2002 significado o maior revés no processo de reconciliação, pois “a morte de Savimbi desequilibra completamente o jogo político, a disputa política”, fragilizando o partido. O desequilíbrio de forças implicou que os perdedores não se integrassem como seria desejado e esperado<sup>43</sup>. A leitura é a de que houve claramente um *winner-takes-all*: “O arquiteto da paz da altura, José Eduardo, trouxe a paz: ‘Eu fiz tudo, então já não me questionem, porque, o mais difícil que vocês todos estavam à procura era a paz e eu consegui’”<sup>44</sup>.

O processo de reconciliação vai além da arquitetura do Memorando de Luena e da formalização dos acordos de paz. Há uma dimensão de cidadania ainda não conseguida, com a partidarização do Estado e com a culpabilização da UNITA pela guerra, sendo necessária essa desconstrução pública<sup>45</sup>. A reconciliação tem como inibidores a exclusão social, a exclusão com base em afiliações partidárias, a não convivência entre pessoas de militâncias distintas; no fundo, “aquilo que nós chamamos a intolerância política”<sup>46</sup>, o que tem implicações à providência de serviços básicos, como o abastecimento de água ou eletricidade a bairros onde vivem pessoas associadas à UNITA<sup>47</sup>, e à resistência na devolução do patrimônio da UNITA por parte do MPLA.

A paz do vitorioso construiu-se com a expiação da guerra e do passado na figura de Jonas Savimbi e dos seus seguidores. Contrariando essa narrativa, a estratégia principal da UNITA é a de

celebração do passado, salientando seus feitos, louvando o seu líder fundador, inserindo-o num lugar que acredita ser o merecedor na história de Angola. Na seção seguinte, apontamos o caminho que a UNITA faz de celebração do passado configurado no seu carismático líder fundador.

### A gestão do legado Savimbi

Jonas Savimbi foi objeto de estudo na memorialização como herói, na construção dicotômica entre heroicidade e vilania (Martins, 2021a). O nosso objetivo não é uma análise de Savimbi, mas, sim, da ampla reconciliação, da qual Savimbi é uma significativa parte. Através de Jonas Savimbi, a UNITA celebra os legados do fundador na “[...] luta pela dignificação dos angolanos, luta pela democracia. Luta pela igualdade em Angola entre os angolanos”<sup>48</sup>.

O ano de 2019 foi consagrado pela UNITA à memória de Jonas Malheiro Savimbi. A 13 e 28 de março daquele ano, o partido organizou duas conferências nacionais sobre o líder fundador, recordando-o como um combatente pela liberdade anticolonial e pela democracia após a independência. As iniciativas do partido em torno do fundador tinham como objetivo criar uma nova imagem de Savimbi como nacionalista, retirando-lhe a conotação negativa de senhor da guerra e tornando-o uma figura de destaque na história de Angola e do continente africano. Portanto, 2019 marcou um momento de virada. Abílio Kamalata Numa afirmou posteriormente que antes de 2019 o partido não tinha conseguido reverter a imagem cristalizada de Savimbi no imaginário público angolano como causador da destruição (Unita [...], 2019).

O governo concedeu um funeral a Jonas Savimbi a 1 de junho de 2019, 17 anos depois de ele ter morrido em combate e sido enterrado numa campa no Luena, sem qualquer cerimônia. O

<sup>41</sup> Manuel Armando da Costa Ekuikui, entrevista em Luanda, 24 jan. 2020.

<sup>42</sup> Albertina Ngolo Felisberto, entrevista em Luanda, 28 jan. 2020.

<sup>43</sup> Rafael Massanga Savimbi, entrevista em Luanda, 30 jan. 2020.

<sup>44</sup> Rafael Massanga Savimbi, entrevista em Luanda, 30 jan. 2020.

<sup>45</sup> Adriano Sapiñala, entrevista em Luanda, 25 jan. 2020. Ver também Martins (2017).

<sup>46</sup> Isaiás Samakuva, entrevista em Luanda, 19 ago. 2019.

<sup>47</sup> Isaiás Samakuva, entrevista em Luanda, 19 ago. 2019.

<sup>48</sup> Mihaela Webba, entrevista em Lisboa, 11 out. 2021.

funeral decorreu em Lopitanga, na província do Bié, de onde era originário. Foi uma cerimônia impressionante pela quantidade de pessoas que acorreram ao local (Funeral [...], 2019b). O trajeto do funeral foi traçado pelo governo, que impediu uma rota que passasse pelo Huambo, a única cidade onde Jonas Savimbi tinha uma casa (a Casa Branca), o que foi interpretado como um sinal de que o partido de governo não considerou um sentido mais aberto de reconciliação, dominando as regras do jogo<sup>49</sup>.

Na parte final do elogio fúnebre feito por Isaias Samakuva, então presidente do partido, associam-se "paz e reconciliação" à liberdade que, finalmente, o MPLA concedeu com a restituição do corpo de Savimbi para que pudesse ser homenageado, futuramente, "em todas as províncias de Angola" (Funeral [...], 2019a). Jonas Savimbi é saudado por Samakuva como um conquistador da paz, revertendo a imagem de José Eduardo dos Santos como o "arquiteto da paz". Essa imagem de Savimbi como homem que conquistou a paz para Angola é repetida por quadros do partido. Por exemplo, Jonas Savimbi é considerado um homem da paz porque pagou com a sua vida essa conquista (Costa Júnior, 2021). Está contraposta, assim, tal imagem à da vilanização de Savimbi feita pelo MPLA, que, mesmo concedendo as referidas iniciativas, não deixa de dominar a narrativa dos meios de comunicação:

É por isso que a UNITA questiona a prática. A intenção é boa, é genuína e estamos solidários com a intenção. Mas a prática... porque é que o governo não permitiu que os restos mortais do Dr. Savimbi do Luena aterrassem no Kuito. E do Kuito fossem até ao Huambo. A única residência que ele teve foi o Huambo, na casa branca. E de lá fossem levados... porque não se permitiu? Já entrou o receio em termos de uma questão mais política. Que reconciliação é essa? Para nós, são essas interrogações que ficam. [...] Penso que não é este o caminho que está a ser seguido<sup>50</sup>.

Contudo, em junho de 2024, após dois anos da submissão do pedido, o governo angolano autorizou a legalização da Fundação Jonas Savimbi, de vocação social e com Isaias Samakuva como coordenador-geral, ato considerado relevante pelo partido para o processo de reconciliação nacional (Mukuta, 2024).

De Jonas Savimbi, destacam-se seu caráter nacional e totalizador, sua angolanidade<sup>51</sup>, seu patriotismo<sup>52</sup>, bem como o espírito nacional e democrático que ensaiou na Jamba<sup>53</sup>. Jonas Savimbi é recordado e celebrado como um patriota que serviu Angola<sup>54</sup>. Foi um lutador pela liberdade contra a ocupação colonial. Para além das credenciais de Jonas Savimbi na luta anticolonial e na história pós-colonial de Angola, que a UNITA recorda como um promotor de democracia, é importante notar que uma nova imagem de Jonas Savimbi o transforma numa referência para gerações vindouras, as quais já não sofreram a guerra:

Jonas Savimbi está a ser... eu não diria reabilitado, mas a história está a... (silêncio) história vai absolvê-lo. Com o passar do tempo, o Savimbi que nós vamos nos lembrar, e sobretudo aqueles que nunca o viram em vida, quando nasceram, ele já estava morto, o Savimbi que eles vão ter será um Savimbi herói. E porquê? Porque o seu pensamento perdura. Os seus livros perduram, as suas palavras perduram, as suas premonições. Ele fez um conjunto de premonições que agora estão a acontecer<sup>55</sup>.

Nos discursos parlamentares consultados, o fundador da UNITA é indissociado da reconciliação nacional. Os discursos da UNITA, que têm como tema central a reconciliação nacional, associam à reconciliação a criação de uma imagem de Jonas Savimbi como um herói nacional. Por exemplo, na declaração proferida por Liberty Chiyaka sobre a concertação social e o diálogo nacional a 21 de julho de 2021, num contexto que o grupo considera de abertura política, a reconciliação mostra-se como viável pela possibilidade

<sup>49</sup> Liberty Chiyaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020.

<sup>50</sup> Liberty Chiyaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020.

<sup>51</sup> Adalberto Costa Júnior, entrevista em Luanda, 27 jan. 2020. Albertina Ngolo Felisberto, entrevista em Luanda, 28 jan. 2020.

<sup>52</sup> Manuel Armando da Costa Ekuikui, entrevista em Luanda, 24 jan. 2020.

<sup>53</sup> Liberty Chiyaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020. Mihaela Webba, entrevista em Lisboa, 11 out. 2021.

<sup>54</sup> Adalberto Costa Júnior, entrevista em Luanda, 27 jan. 2020.

<sup>55</sup> Mihaela Webba, entrevista em Lisboa, 11 out. 2021.

de Jonas Savimbi ter tido um funeral condigno (Chiyaka, 2021). No entanto, a ausência de uma reconciliação significativa reside num dos lados, o vencedor, por não reconhecer o papel de Jonas Savimbi como um herói da luta anticolonial.

No processo de olhar para o passado, o controle da narrativa e dos símbolos nacionais pertence ao partido no poder, como recorda Mihaela Webba<sup>56</sup>. Por esse motivo, o Grupo Parlamentar da Unita absteve-se na votação das novas notas de Kwanza, a 23 de janeiro de 2020, uma proposta do MPLA que retirou a efígie de José Eduardo dos Santos e manteve a de Agostinho Neto. Essa foi, para Liberty Chiyaka, uma oportunidade perdida para simbolicamente considerar os heróis da independência nacional sem uma partidarização e com uma prospectiva reconciliação<sup>57</sup>. A nova família de notas deveria ter os três líderes dos movimentos anticoloniais e isso seria um indicador de reconciliação nacional<sup>58</sup>. A esses símbolos, associam-se a totalidade da nação angolana e a totalidade de uma reconciliação que vai além do MPLA, como proferiu Raul Danda na declaração de voto da sessão parlamentar do dia 23 de janeiro de 2020:

À UNITA e ao Povo Angolano não escapa o facto de que os motivos dessa nova emissão são outros. Não é tanto por Agostinho Neto, a quem se chama "fundador da Nação" por ter tido o condão de proclamar a independência, a 11 de Novembro de 1975, depois de correr com os seus irmãos da UNITA e da FNLA. E, manter Agostinho Neto, sem considerar Holden Roberto e Jonas Savimbi é mesmo olhar para a reconciliação nacional? (Unita Parlamento, 2020a).

A invocação da memória histórica do partido, do seu líder, e a sua colocação na luta pela independência de Angola são estratégia à qual a UNITA se socorre para abraçar o passado, salientando os feitos e mostrando como o presente e a narrativa de Estado deveriam dar o lugar devido a Jonas Savimbi. Nessa invocação, apesar do reconhecimento das purgas internas promovidas pelo fundador da UNITA, o partido

opta por uma estratégia de reabilitação da imagem, mantendo uma relação "umbilical" entre a UNITA e Savimbi. A heroicidade da luta anticolonial ultrapassa a bagagem que o partido traz da guerra civil e é mobilizada no debate sobre os símbolos nacionais em Angola. De acordo com diferentes discursos da UNITA, o MPLA tem uma política de invisibilidade de heróis, o que periga o exercício democrático, as políticas de reconciliação e a identificação com Angola como referente identitário.

### Considerações finais

Em 1991, altura em que a primeira tentativa negociada de paz foi conseguida com a assinatura dos Acordos de Bicesse, e prevendo a realização das primeiras eleições multipartidárias, Savimbi permaneceu na capital angolana por cerca de um ano, na zona nobre do Miramar, numa das áreas disponibilizadas pelo governo ao seu partido, tendo dito à época: "Há um provérbio na minha terra que diz: o hóspede é uma nuvem, passa, mas eu não sou uma nuvem, fico. Logo, é preciso que os membros do governo se habituem que eu vou ficar" (Regime [...], 2017). A adaptação e a resiliência da UNITA a um contexto que nada augurava de bom para a sua sobrevivência mostram que esse partido de oposição não é um hóspede do sistema político angolano, mas, sim, uma parte integrante dele, não uma nuvem que passa. Compreender o poder e a política em Angola é considerar a sua relevância não passageira.

Falar da história contemporânea de Angola e das suas dinâmicas de poder implica necessariamente falar da UNITA. Esse partido histórico da oposição é um dos principais protagonistas da trajetória política desse país africano de língua oficial portuguesa (PALOP). Ex-movimento de libertação, lado vencido da longa guerra civil, essa força de oposição não desapareceu conforme se vaticinou em 2008. Pelo contrário, tem transformado e reabilitado a sua imagem refém das narrativas controladas pelo vencedor da guerra

<sup>56</sup> Mihaela Webba, entrevista em Lisboa, 11 out. 2021.

<sup>57</sup> Liberty Chiyaka, entrevista em Luanda, 29 jan. 2020.

<sup>58</sup> Alcides Sakala, entrevista em Luanda, 3 fev. 2020.

e partido que governa ininterruptamente Angola desde 1975. Assim, este artigo procurou responder à questão: como é que um partido de oposição, ex-beligerante e perdedor da guerra lida com o seu passado e reabilita a sua força política num regime autoritário resiliente como o de Angola?

Apesar de estar no lado "perdedor da história", a UNITA tem sido capaz de transformar o seu pesado passivo, em particular a partir de 2017, com a saída de José Eduardo dos Santos do poder e com a entrada em cena de João Lourenço, que tomou a iniciativa de criar, em 2019, a Civicop, comissão com o objetivo de implementar medidas em direção a uma reconciliação nacional em Angola. Foi nessa senda que este artigo procurou identificar as estratégias de adaptação e de gestão do passado pelo partido do Galo Negro, assinalando momentos da sua evolução e destacando a forma como o partido abraçou o seu passado mobilizando-o de modo a criar uma nova narrativa que já não é a de causador e perdedor da guerra.

A análise realizada permite concluir que a UNITA, movimento político-militar de organização de quadros, foi capaz de se adaptar ao contexto pós-guerra hostil à sobrevivência do partido cunhado como responsável pela guerra e "confusão". Com a defesa dos seus princípios fundacionais e a reabilitação da sua imagem, com o reforço do legado do pai fundador para corrigir a versão dominante da história, o partido aproveitou a abertura do regime do MPLA com João Lourenço para tirar vantagem das políticas de reconciliação nacional, nomeadamente quando do enterro de Jonas Savimbi e da alteração de símbolos nacionais, como as notas de Kwanzas. Muito recentemente, o governo angolano legalizou a Fundação Jonas Savimbi, possibilitando a imaculação do líder da UNITA. Concluimos que, desde 2019, ano consagrado a Savimbi, a UNITA tem mobilizado a memória do pai fundador enquadrada no espírito da reconciliação. Savimbi é, então, celebrado como uma referência democrática e de paz, silenciando-se o seu papel mais autoritário no partido.

## Referências

ACTO Político de Massa. UNITA – Encerramento da Campanha. *Camunda News*, Luanda, 23 ago. 2022. Disponível em: [https://www.facebook.com/watch/live/?ref-watch\\_permalink&v=631080075018528](https://www.facebook.com/watch/live/?ref-watch_permalink&v=631080075018528). Acesso em: 17 nov. 2023.

ADALBERTO Costa Júnior pede perdão pelas mortes em antigos territórios controlados pela UNITA. *TPA*, Luanda, 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qSxLDC-op1w>. Acesso em: 18 jun. 2024.

AMUNDSEN, Inge; ABREU; Cesaltina; HOYGAARD, Laurinda. Accountability on the Move. The Parliament of Angola. *CMI Working Paper*, Bergen, n. 11, 2005.

ART, David. Review Article What Do We Know About Authoritarianism After Ten Years? *Comparative Politics*, New York, v. 44, n. 3, p. 351-373, 2012.

BALL, Jeremy. 'From Cabinda to Cunene': Monuments and the construction of Angolan nationalism since 1975. *Journal of Southern African Studies*, London, v. 45, n. 5, p. 821-840, 2019.

BALL, Jeremy; GASTROW, Claudia. Angola: Nationalist Narratives and Alternative Histories. *Kronos*, Cidade do Cabo, v. 45, n. 1, p. 10-16, 2019.

BERNARD, Michael H.; KUBIK, Jan. *Twenty Years After Communism: The Politics of Memory and Commemoration*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

BOIO, David. Elementos de Manipulação e Fraude Eleitoral Detetados nas Eleições Angolanas de 2022. *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, v. 45, p. 101-133, 2023.

BORDALO, Ricardo. TC Anula XIII Congresso da UNITA". *Novo Jornal*, Luanda, 7 out. 2021. Disponível em: <https://www.novojornal.co.ao/politica/interior/tc-anula-xiii-congresso-da-unita--acordao-confirma-que-adalberto-costa-junior-possuia-dupla-nacionalidade-quando-se-candidatou-104785.html>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CANN, John P. The artful use of national power: Portuguese Angola (1961–1974). *Small Wars & Insurgencies*, London, v. 22, n. 1, p. 196-225, 2011.

CARLOS, Severino. A Sangria do Galo Negro. *Semanário Angolense*, Luanda, 18 dez. 2004. Disponível em: [https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/2004\\_semanario\\_angolense\\_0.pdf](https://dw.angonet.org/wp-content/uploads/2004_semanario_angolense_0.pdf). Acesso em: 14 jun. 2024.

CHIWALE, Samuel. *Cruzei-me com a História*. Lisboa: Sextante, 2008.

CHIYAKA, Liberty. *Declaração política trimestral do grupo parlamentar da UNITA*. Angola, 21 jul. 2021. Perfil público de Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/liberty.chiyaka.5/posts/pfbid0WLgh8siSHxH-typkA1Dx2ms7jgpZGEVhgugdmKEKRWEkHbtp5LR-ZcCTwjEJ83vHJTL>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CONDECORAÇÕES "caem" bem em Angola. *Voa*, Washington, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/condecoracao%3%A7%C3%B5es-caem-bem-em-angola/4654760.html>. Acesso em: 15 nov. 2023.

COSTA JÚNIOR, Adalberto. *Declaração Alusiva à Data de Nascimento do Dr. Jonas Savimbi*. Angola, 3 ago. 2021. Perfil público de Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/AdalbertoCosta.J/posts/3006907972969688/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

DISCURSO de Adalberto Costa Júnior alusivo ao 22 de Fevereiro 2023. *TV Raiar*, Luanda, 21 fev. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tDlxDOKRKh4>. Acesso em: 7 nov. 2023.

É PRECISO destruir o ninho do marimbondo”, diz João Lourenço sobre o combate à corrupção. *Voa*, Washington, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/%C3%A9-preciso-destruir-o-ninho-do-marimbondo-diz-jo%C3%A0-louren%C3%A7o-sobre-o-combate-%C3%A0-corrup%C3%A7%C3%A3o/4669458.html>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FARIA, Paulo C. J. The Dawning of Angola's Citizenship Revolution: A Quest for Inclusionary Politics. *Journal of Southern African Studies*, London, v. 39, n. 2, p. 293-311, 2013.

FUNERAL de Jonas Savimbi - Elogio Fúnebre pelo Presidente Isaiás Samakuva. *TV Raiar*, Luanda, 15 jun. 2019a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yCyOfZlDQBs&t=3s>. Acesso em: 9 out. 2023.

FUNERAL de Jonas Savimbi. *RFI*, Issy-les-Moulineaux, 13 ago. 2019b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=depZmkSNfcg>. Acesso em: 9 out. 2023.

GENEROSO DE ALMEIDA, Cláudia; SÁ, Ana Lúcia; FARIA, Paulo C. J. 'We got a taste for protest!' Leadership transition and political opportunities for protest in Angola's resilient authoritarian regime. In: SANCHES, Edalina Rodrigues. *Popular protest, political opportunities, and change in Africa*. Londres: Routledge, 2022. p. 128-145.

GOVERNO angolano procura ossadas de dirigentes da UNITA na Jamba. *Club-K*, Luanda, 3 ago. 2023. Disponível em: [https://www.club-k.net/~clubk/index.php?option=com\\_content&view=article&id=51438:governo-angolano-procura-ossadas-de-dirigentes-da-unita-na-jamba](https://www.club-k.net/~clubk/index.php?option=com_content&view=article&id=51438:governo-angolano-procura-ossadas-de-dirigentes-da-unita-na-jamba). Acesso em: 14 jun. 2024.

GRZYMALA-BUSSE, Anna. *Redeeming the Communist Past: The Regeneration of Communist Parties in East Central Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HELMS, Ludger. Political Oppositions in Democratic and Authoritarian Regimes: A State-of-the-Field(s) Review. *Government and Opposition*, Cambridge, v. 58, n. 2, p. 391-414, 2023.

LAC – LUANDA ANTENA COMERCIAL. *UNITA - Que futuro? Debate radiofónico promovido pela LAC*. Luanda: Nzila, 2002.

LEVITSKY, Steve; WAY, Lucan. The New Competitive Authoritarianism. *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 31, n. 1, p. 51-65, 2020.

LOXTON, James. Authoritarian Successor Parties. *Journal of Democracy*, Baltimore, v. 26, n. 3, p. 157-170, 2015.

LOXTON, James. Authoritarian Successor Parties Worldwide: A Framework for Analysis. *Kellogg Working Paper*, South Bend, n. 411, 2016.

MALAQUIAS, Florbela Catarina. *Heroínas da Dignidade: Memórias de Guerra. Um Invulgar Testemunho de um Femicídio e da Desmistificação da Figura Idolatrada de Jonas Savimbi*. Luanda: Booklink, 2019.

MANNING, Carrie. Party-building on the Heels of War: El Salvador, Bosnia, Kosovo and Mozambique. *Democratization*, London, v. 14, n. 2, p. 253-272, 2007.

MANNING, Carrie; SMITH, Ian. Political party formation by former armed opposition groups after civil war. *Democratization*, London, v. 23, n. 6, p. 972-989, 2016.

MARTINS, Vasco. "A Nossa Lâmpada Não Se Apaga": The Mnemonic Return of Angola's Jonas Savimbi. *African Studies Review*, New Brunswick, v. 64, n. 1, p. 242-265, 2021a.

MARTINS, Vasco. *Colonialism, Ethnicity and War in Angola*. Londres: Routledge, 2021b.

MARTINS, Vasco. Politics of Power and Hierarchies of Citizenship in Angola. *Citizenship Studies*, London, v. 21, n. 1, p. 100-115, 2017.

MATEUS, Dalila; MATEUS, Álvaro. *Purga em Angola*. Alfragide: Texto, 2013.

MENG, Anne. *Constraining Dictatorship: From Personalized Rule to Institutionalized Regimes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

MESSIANT, Christine. The Eduardo Dos Santos Foundation: Or, How Angola's Regime is Taking over Civil Society. *African Affairs*, London, v. 100, n. 399, p. 287-309, 2001.

MUEKALIA, Jardo. *Angola – A Segunda Revolução*. Memórias da Luta pela Democracia. Lisboa: Sextante, 2010.

MUKUTA, Coque. Legalização da fundação Jonas Savimbi é um passo para a reconciliação nacional, diz UNITA. *Voa*, Washington, 21 jun. 2024. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/legaliza%C3%A7%C3%A3o-da-funda%C3%A7%C3%A3o-jonas-savimbi-%C3%A9-um-passo-na-reconcilia%C3%A7%C3%A3o-nacional-diz-unita-/7665402.html>. Acesso em: 21 jun. 2024.

MUKUTA, Coque. Tempo de reconciliação, dizem Governo e UNITA no acto de entrega de ossadas de vítimas da guerra. *Voa*, Washington, 15 nov. 2021. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/tempo-de-reconcilia%C3%A7%C3%A3o-dizem-governo-e-unita-no-acto-de-entrega-de-ossadas-de-v%C3%AAdtimas-da-guerra/6314029.html>. Acesso em: 28 out. 2023.

NDOMBA, Borralho. 'É uma pouca vergonha': UNITA critica 'caça às ossadas'. *DW*, Bona, 1 set. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ossadas-na-jamba-a-%C3%A7%C3%A3o-visa-abafar-processo-de-destitui%C3%A7%C3%A3o-de-jlo/a-66692845>. Acesso em: 4 nov. 2023.

PEARCE, Justin. From Rebellion to Opposition: UNITA's Social Engagement in Post-War Angola. *Government and Opposition*, Cambridge, v. 55, n. 3, p. 474-489, 2020.

PEARCE, Justin. L'Unita à la recherche de "son peuple". *Politique Africaine*, Paris, v. 110, n. 2, p. 47-64, 2008.

PEARCE, Justin; PÉCLARD, Didier; SOARES DE OLIVEIRA, Ricardo. Angola's elections and the politics of presidential succession. *African Affairs*, London, v. 117, n. 466, p. 146-160, 2018.

PÉCLARD, Didier. Les chemins de la 'reconversion autoritaire' en Angola. *Politique Africaine*, Paris, v. 110, n. 2, p. 5-20, 2008.

PÉCLARD, Didier. *Les incertitudes de la nation en Angola. Aux racines sociales de l'Unita*. Paris: Kartala, 2015.

PESTANA, Nelson. Sistema. Parlamentar-Presidencial ou Presidencialismo Extremo? *Angola Brief*, Bergen e Luanda, v. 1, n. 16, p. 1-4, 2011.

PRZEWORSKI, Adam; GANDHI, Jennifer. Authoritarian Institutions and the Survival of Autocrats. *Comparative Political Studies*, Thousand Oaks, v. 40, n. 11, p. 1279-1301, 2007.

REGIME ofereceu casa armadilhada a Savimbi antes das eleições de 1992. *Club-K*, Luanda, 21 fev. 2017. Disponível em: [https://club-k.net/index.php?option=com\\_content&view=article&id=27080%3Acasa-sob-escuta-recebeu-savimbi-em-luanda-antes-das-eleicoes-de-1992-&catid=23%3Apolitica&lang=pt&Itemid=1123&fbclid=IwAR2jhx-sXV6U\\_OnhLdu3acpSLe6r4dx\\_RSj4\\_SM3w3DR23-5yL-tVAO8WaLDM](https://club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=27080%3Acasa-sob-escuta-recebeu-savimbi-em-luanda-antes-das-eleicoes-de-1992-&catid=23%3Apolitica&lang=pt&Itemid=1123&fbclid=IwAR2jhx-sXV6U_OnhLdu3acpSLe6r4dx_RSj4_SM3w3DR23-5yL-tVAO8WaLDM). Acesso em: 10 nov. 2023.

REIS, José. *Angola - O 27 de Maio*. Memórias de Um Sobrevivente. Lisboa: Nova Vega, 2017.

REUTER, Ora John; TUROVSKY, Rostislav. Dominant Party Rule and Legislative Leadership in Authoritarian Regimes. *Party Politics*, Thousand Oaks, v. 20, n. 5, p. 663-674, 2014.

ROQUE, Paula Cristina. Reform or unravel? Prospects for Angola's transition. *Southern African Report*, Pretoria, n. 8, p. 1-26, 2017.

SÁ, Ana Lúcia; KILUMBO, Olivio. UNITA's post-war parliamentary elite: From a wartime defeat to a nationwide party in Angola. *Journal of Southern African Studies*, London, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/03057070.2024.2403256>. No prelo.

SÁ, Ana Lúcia; SANCHES, Edalina Rodrigues. The politics of autocratic survival in Equatorial Guinea: Co-optation, restrictive institutional rules, repression, and international projection. *African Affairs*, London, v. 120, n. 478, p. 78-102, 2021.

SCHUBERT, Jon. 2002, year zero: History as anti-politics in the 'New Angola'. *Journal of Southern African Studies*, London, v. 41, n. 4, p. 835-852, 2015.

SCHUBERT, Jon. 'Democratisation' and the Consolidation of Political Authority in Post-War Angola. *Journal of Southern African Studies*, London, v. 36, n. 3, p. 657-672, 2010.

SCHUBERT, Jon. Seeing is believing: Symbolic politics and the opportunities of non-democratic transition in Angola. *Anthropology Today*, London, v. 34, n. 2, p. 18-21, 2018.

SOARES DE OLIVEIRA, Ricardo. Business Success, Angola-Style: Postcolonial Politics and the Rise and Rise of Sonangol. *Journal of Modern African Studies*, Cambridge, v. 45, n. 4, p. 595-619, 2007.

SOARES DE OLIVEIRA, Ricardo. Illiberal peacebuilding in Angola. *Journal of Modern African Studies*, Cambridge, v. 49, n. 2, p. 287-314, 2011.

SOARES DE OLIVEIRA, Ricardo. *Magnificent and Beggar Land: Angola since the civil war*. Londres: Hurst, 2015.

SÖDERBERG KOVACS, Mimmi. When Rebels Change Their Stripes: Armed Insurgents in Post-War Politics. In: JARSTAD, Anna; SISK, Timothy D. *From War to Democracy: Dilemmas of Peacebuilding*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

UNITA - UNIÃO NACIONAL PARA A INDEPENDÊNCIA TOTAL DE ANGOLA. *Estatutos da UNITA, Revistos e aprovados pelo XIII Congresso Ordinário*. Angola, 16 dez. 2020. Disponível em: <http://www.unitaangola.com/PT/Tableestatutos1.awp>. Acesso em: 13 out. 2023.

UNITA PARLAMENTO. *Adalberto Costa Júnior, Discurso de Abertura das XI Jornadas Parlamentares em Malanje*. Angola, 5 out. 2023d. Disponível em: <https://www.facebook.com/unita.parlamento/posts/pfbid028gQS-sDBqeq6QNqKgXKsCcqLuLJMpbAbkNqR7DcizRyD-Mg25ywaeLg7kDExMztQbl>. Acesso em: 9 out. 2023.

UNITA PARLAMENTO. *Conferência de Imprensa "Balanço político do desempenho do Presidente da República no seu primeiro ano do segundo e último mandato constitucional"*. Angola, 14 set. 2023c. Disponível em: <https://www.facebook.com/unita.parlamento/posts/pfbid02Enu48wkjzqjEWRSpXKnjzMR6cEjaqhB4bk9yaRPA-csxowEp5yrxxrvrTwBGotgml>. Acesso em: 17 nov. 2023.

UNITA PARLAMENTO. *Declaração Alusiva ao Dia das ex-FALA*. Angola, 24 jan. 2020b. Disponível em: <https://www.facebook.com/unita.parlamento/posts/pfbid02Uhr3at7Tr4FSiJGktg7jpRvNkVxYGSm2VEZ-8frYgbPANPoCAFbajbBAZab7eHAe3L>. Acesso em: 20 out. 2023.

UNITA PARLAMENTO. *Declaração de Voto*. Angola, 23 jan. 2020a. Disponível em: <https://www.facebook.com/unita.parlamento/posts/pfbid0MBEN8ebmNMAA-Fqg01spMVwcpwqntEdWXTkxmKHccLzmmjagq1Micc6uEsmjgkHxCGL>. Acesso em: 20 out. 2023.

UNITA PARLAMENTO. *Declaração Política do Grupo Parlamentar da UNITA*. Angola, 19 abr. 2023a. Disponível em: <https://www.facebook.com/unita.parlamento/posts/pfbid02zkOfgTgWd767kgqCiSMMNfzX7DGq-QciPBsnQjFz5Q1on7cs2yZeUnehjwk68V2Rsl>. Acesso em: 15 nov. 2023.

UNITA PARLAMENTO. *Declaração Política Trimestral*. Angola, 14 ago. 2023b. Disponível em: <https://www.facebook.com/unita.parlamento/posts/pfbid0RuMAYL-z5aLY7w2pvCJVafBmH8cf8xmo1BWk6njinTfPwnP7p-FkXQL6m3rYPs2BB1L>. Acesso em: 15 nov. 2023.

UNITA PARLAMENTO. *Declaração Política*. Angola, 16 dez. 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/unita.parlamento/posts/pfbid02MzC1GaEh8mYaQF-s8uzfSDmTyan4ne3tcryA99w1eJDKBG7shLTFa3PJY-8VghY1qcl>. Acesso em: 13 nov. 2023.

UNITA quer mudar a imagem de Jonas Savimbi. *TPA*, Luanda, 14 mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=alhQhZnMVRc>. Acesso em: 9 out. 2023.

VINES, Alex; ORUITEMEKA, Bereni. 'Bullets to Ballots': The reintegration of UNITA in Angola. *Conflict, Security & Development*, London, v. 8, n. 2, p. 241-263, 2008.

WIEBRECHT, Felix. Between elites and opposition: legislatures' strength in authoritarian regimes. *Democratization*, London, v. 28, n. 6, p. 1075-1094, 2021.

WITTIG, Katrin. Politics in the Shadow of the Gun: Revisiting the Literature on "Rebel-to-Party Transformations" through the Case of Burundi. *Civil Wars*, London, v. 18, n. 2, p. 137-159, 2016.

---

### Ana Lúcia Sá

Ana Lúcia Sá, doutora em Sociologia, é professora auxiliar no Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas e investigadora no Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa, onde dirige o Mestrado em Estudos Africanos. Tem como interesses de investigação a resiliência do autoritarismo, elites políticas e oposição em África.

---

### Cláudia Generoso de Almeida

Cláudia Generoso de Almeida, doutora em Ciência Política, Administração e Relações Internacionais, é investigadora integrada no IPRI-NOVA. Tem colaborado em diversos projetos de investigação internacionais. A sua investigação centra-se em democracias pós-guerra, eleições, violência eleitoral, observação eleitoral e protesto, com especial foco em África.

---

### Endereço para correspondência

#### ANA LÚCIA SÁ

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa (Iscte)  
Avenida das Forças Armadas, 1649-026  
Lisboa, Portugal

#### CLÁUDIA GENEROSO DE ALMEIDA

Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI-NOVA)  
Rua de D. Estefânia, 195 - 5º D, 1000-155  
Lisboa, Portugal

*Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*